vinetur

A diferença fiscal no álcool na Austrália atingiu 1,23 mil milhões de dólares australianos em 2024-25, segundo a ATO

A estimativa abrange produção ilegal, vendas não declaradas e outras formas de incumprimento, reforçando os apelos do setor à reforma fiscal

segunda-feira, 9 de novembro de 2026



O mercado ilícito de bebidas alcoólicas na Austrália continuou a crescer em 2024-25, com a diferença fiscal a atingir 1,23 mil milhões de dólares australianos e a representar quase 14% do mercado, segundo dados confirmados pela Australian Taxation Office na segunda-feira, 9 de novembro.

A ATO utiliza a diferença fiscal no setor das bebidas alcoólicas para estimar o montante anual perdido em imposto especial de consumo e direitos aduaneiros devido à produção ilegal, às vendas não declaradas e a outras formas de incumprimento. Os novos dados mostram que a diferença mais do que duplicou desde 2015-16, aumentando 685 milhões de dólares australianos, para 1,23 mil milhões em 2024-25.

Os dados reforçam as preocupações quanto à dimensão do mercado negro de bebidas alcoólicas na Austrália, numa altura em que o setor legal das bebidas espirituosas enfrenta dificuldades. A Food & Drink Business noticiou que o governo federal anulou cerca de 2,3 mil milhões de dólares australianos em receitas previstas com bebidas espirituosas ao longo dos quatro anos entre 2024-25 e 2027-28, o que, segundo a publicação, aponta para uma contração do mercado legal.

Steven Fanner, diretor executivo do Spirits Council of Australia, afirmou que os dados da ATO confirmavam aquilo que os produtores legais observavam há anos. Disse que o comércio ilícito de bebidas alcoólicas estava a expandir-se, à medida que os impostos elevados, as lacunas no sistema e a fraca regulação facilitavam a circulação de produtos não tributados no mercado.

Afirmou que esta tendência estava a prejudicar as receitas públicas, a pressionar os produtores cumpridores e a expor os consumidores a produtos de origem e qualidade incertas. Disse ainda que o imposto australiano sobre as bebidas espirituosas tinha atingido 110,15 dólares australianos por litro de álcool, o valor mais elevado do mundo fora da Escandinávia, segundo descreveu.

Fanner aproveitou os novos dados para defender mudanças nas políticas, argumentando que a estrutura fiscal está a tornar os produtos legais menos competitivos face às bebidas alcoólicas não tributadas. O debate é importante para todo o setor das bebidas, e não apenas para os destiladores. Qualquer alteração nas taxas do imposto especial de consumo ou na fiscalização poderá afetar a concorrência

entre cerveja, vinho e bebidas espirituosas legais e a oferta ilícita, além de influenciar a cobrança de impostos e a resposta mais ampla do governo ao comércio no mercado negro.

Outro ponto de discórdia é o Alcohol Manufacturer's Remission Scheme, que concede aos destiladores elegíveis um benefício fiscal de até 400 000 dólares australianos. Fanner afirmou que algumas organizações estavam a explorar o programa, apesar de não destilarem efetivamente produtos e de fazerem circular bebidas espirituosas isentas de impostos no mercado. Disse que, em vez de apoiar os verdadeiros destiladores, o regime estava a esbater a fronteira entre o comércio legal e o ilegal.

Segundo Fanner, o regime de reembolso está agora a custar ao governo quase três vezes mais do que o previsto inicialmente, quando o governo de Morrison o introduziu em 2021. Afirmou que o aumento do custo do programa, a expansão do mercado negro de bebidas alcoólicas e a redução das receitas provenientes das vendas legais de bebidas espirituosas apontam para a necessidade de uma revisão.

É provável que os dados da ATO reforcem os apelos de alguns setores da indústria à reforma fiscal e a uma fiscalização mais rigorosa dos benefícios fiscais concedidos às bebidas alcoólicas. Também voltam a colocar em foco o equilíbrio entre a política de impostos especiais de consumo e a fiscalização na Austrália, sobretudo porque os produtores defendem que o aumento dos impostos pode levar alguns consumidores e comerciantes a optar por bebidas alcoólicas não tributadas e mais baratas.

Fanner afirmou que o governo ainda tinha tempo para agir antes de o problema se tornar mais difícil de controlar. Instou as autoridades a abordar tanto o nível de tributação das bebidas espirituosas como o funcionamento do regime de reembolso, afirmando que as regras atuais estavam a permitir a expansão do mercado ilícito, enquanto os operadores legítimos enfrentavam um contexto comercial mais difícil.